JORNAL
CIDADES
Comunicação direta com os municípios do RS

Porto Alegre, segunda-feira, 9 de novembro de 2026 - Nº 210 - Ano 30 - Venda avulsa: R$ 1,00 - www.jornalcidades.com.br

MUNICÍPIOS

Valim quer priorizar saúde e revisar gastos em Arroio do Sal

Lívia Araújo
livia@jcrs.com.br

LUAN RAUPP/DIVULGAÇÃO/CIDADES



Felipe Valim foi escolhido na eleição suplementar de 25 de outubro, e será diplomado prefeito municipal em 19 de novembro

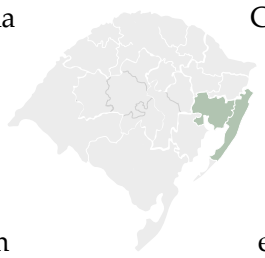
O prefeito eleito de Arroio do Sal, Felipe Valim (MDB), definiu três prioridades para o mandato-tampão que cumprirá até o fim de 2028: reorganizar a saúde, retomar projetos de pavimentação e restabelecer o contrato de saneamento com a Corsan. Eleito em 25 de outubro, ele será diplomado em 19 de novembro.

Para viabilizar as ações, Valim pretende recorrer ao governo federal e reduzir contratos e cargos, em um cenário de caixa que ele descreve como comprometido por má gestão. "A ideia é reduzir alguns contratos e diminuir o custo da máquina mesmo para a gente injetar esse valor na saúde", afirma.

A eleição suplementar foi realizada junto ao segundo turno da disputa presidencial, após a cassação, em 13 de agosto, dos mandatos do prefeito Luciano Pinto da Silva e do vice, Valdir Cenci. Apenas o prefeito foi julgado inelegível por oito anos. Valim, da coligação Um Novo Tempo, formada por MDB, PSD e Federação PSDB-Cidadania, obteve 4.592 votos, 62,96% do total.

O prefeito eleito afirma que a área foi deixada sem gestão dos recursos. "Tem vários exames atrasados, consultas pendentes, não tem especialistas. Questão de especialistas para as crianças autistas também não tem. Então a gente vai focar bastante na saúde", diz.

Como primeira medida, ele pretende buscar auxílio do governo federal e afirma que o deputado Alceu Moreira se comprometeu a enviar recursos por meio de emenda. Valim também quer retomar a pavimentação, diante da carência que aponta, com ruas de areia ou chão batido, e dar sequência ao contrato com a Corsan, que teria aditivo assinado para o saneamento até o fim de 2028.



Sobre a transição, Valim diz que a conversa com a prefeita interina, presidente da Câmara de Vereadores, deve começar já durante esta semana. "Já tem alguns secretários do atual governo, provisório, que já são do partido, então provavelmente esses cargos vão continuar", afirma.

O prefeito eleito planeja concluir os cortes até o fim do ano. "A ideia é que até 31 de dezembro seja feita a redução até nos cargos, tanto de contratos quanto de comissionados, e daí sim ter uma equipe já definitiva a partir de janeiro", explica. Ele diz que 24 cargos foram criados na gestão anterior e que a lei em vigor ainda será analisada. "Tem alguns cargos que precisariam que o município tenha, e outros não precisam. Então a gente vai ter que analisar", justifica.

Entre os contratos, os de aluguéis serão os primeiros a passar por revisão. "Vai ser justamente nos contratos de aluguéis, para ver se não tem nada desnecessário", diz. Também serão analisados o contrato do lixo e o de locação de veículos, em relação ao qual afirma: "A gente achou meio alto os valores".

Mesmo com o caixa da prefeitura restrito, Valim garante a programação de fim de ano, após conversar com o secretário de Turismo, Jefferson. "Os eventos de Natal e Réveillon estão garantidos, e a partir de janeiro é o novo orçamento, daí o município tem o caixa disponível para o ano que vem", afirma. Ele convida todos para a temporada: "Mesmo com essas dificuldades, a gente está de braços abertos".

Prefeito eleito apoia Porto Meridional, mas busca contrapartidas

Favorável à instalação do Porto Meridional na cidade, Valim diz que o município não tem como ser contra o empreendimento, mas que pretende pedir contrapartidas proporcionais à obra. O terminal está em licenciamento ambiental no Ibama.

"A gente não tem como se opor, a gente até é favorável", afirma. Mas Valim ressalva que é preciso cautela: "A gente tem que tomar cuidado em relação ao que vai vir para o município, tipo aumento na demanda de saúde, de educação e na segurança". Ele também menciona a malha viária: "Se eles transitarem pelo município, vai estragar muito as nossas ruas".

JOÃO PAULO FERREIRA/DIVULGAÇÃO/JC



Para chefe do Executivo, compensações podem incluir recursos para UBS e escolas

Segundo o prefeito, a compensação deve ser "na mesma medida do impacto que o porto vai gerar na cidade". Ele cita como possibilidades "UBS, escolas, de repente até pavimentação de vias", mas diz que o tema ainda não foi definido e que a conversa com a empresa não começou.

Em agosto, o Ibama divulgou parecer técnico de 199 páginas sobre o Estudo de Impacto Ambiental do projeto, que prevê R$ 6,5 bilhões em investimentos e capacidade para até 53 milhões de toneladas de cargas por ano. O órgão apontou "insuficiências relevantes e de caráter abrangente" nos estudos e pediu avaliação cuidadosa do uso da Rota do Sol para o transporte de cargas. Em nota, a Porto Meridional Participações afirmou que o parecer não conclui sobre a viabilidade ambiental.

PLANEJAMENTO URBANO

Lajeado realiza atendimento para orientar proprietários sobre Plano de Desocupação

A Prefeitura de Lajeado levará uma equipe da área de Habitação ao Centro, na próxima quarta-feira (11) para atender proprietários de imóveis e orientar sobre programas habitacionais, o Plano de Desocupação e Resiliência Climática das Zonas de Inundação, entre outros.

A ação acontecerá na esquina das ruas Borges de Medeiros e General Osório, em uma base móvel, com uma van da Secretaria do Desenvolvimento Social e o ônibus do Departamento de Trânsito, e tem como objetivo identificar proprietários que ainda não procuraram a Secretaria, esclarecer dúvidas e fornecer informações sobre o processo.

Durante o atendimento, a equipe estará disponível das 9h às 11h, e das 14h às 16h30min, para conversar com os proprietários sobre a situação dos imóveis e os possíveis encaminhamentos para inclusão em programas habitacionais, conforme os critérios estabelecidos na legislação.

O Plano de Desocupação e Resiliência Climática das Zonas de Inundação estabelece uma estratégia para a desocupação gradual e definitiva de áreas sujeitas às cheias do Rio Taquari, inicialmente compreendidas entre as cotas 19 e 24 metros. A proposta prevê o reassentamento de famílias por meio de programas habitacionais e, quando cabível, outros instrumentos previstos no plano.